

Introdução: do processo aos objetos

MARIA DO CARMO PIÇARRA

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ICNOVA
mcardmopicarra@fcsh.unl.pt

ANA CRISTINA PEREIRA

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES)
anapereira@ces.uc.pt

INÊS BELEZA BARREIROS

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ICNOVA
barreiros.ines@gmail.com

No âmbito do internacionalismo que suportou as lutas de libertação em todo o mundo, as mulheres usaram a imagem — através das câmaras fotográfica e de filmar e mais genericamente através das artes visuais — como uma arma. Essa prática política, engajada, foi também uma resposta ao uso feito pela propaganda política, científica e económica que sustentou a ordem e ideologia colonial-fascista.¹ Frequentemente, foi — e continua a ser — invisibilizada.

Nos países de língua oficial portuguesa, entre as mulheres que fotografaram ou realizaram filmes com propósitos políticos, destacaram-se Augusta Conchiglia (1948), Margaret Dickinson (1943), Ingela Romare (1937), Sarah Maldoror (1929-2020), Bruna Polimeni (1934) e Suzanne Lipinska (1928). Aos materiais filmados — e não apenas por

¹ A interligação entre fascismo e colonialismo é defendida por autores como Hannah Arendt, Aimé Césaire e Frantz Fanon que argumentaram, de modos distintos, que o fascismo é colonialismo na metrópole. Alberto Memmi inverteu os termos desta equação ao sustentar que o colonialismo é uma das variantes do fascismo. Cf. Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism* (Cleveland: Meridian Books, 1962 [1951]); Aimé Césaire, *Discourse on Colonialism* (New York: Monthly Review Press, 2000 [1955]); Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth* (New York: Groove Press, 2004 [1961]); Albert Memmi, *The Colonizer and the Colonized* (London: Earthscan, 1990 [1957]).

mulheres — foi dado sentido pelas montadoras Jacqueline Meppiel (1928-2011), Cristiana Tullio-Altan (1947) ou Josefina Crato (?-2005), esta última a única mulher dos quatro jovens guineenses enviados por Amílcar Cabral para estudar cinema em Cuba. Mais recentemente, Margarida Cardoso (1963), Pocas Pascoal (1963), Maria João Ganga (1964), Isabel Noronha (1964), com as suas ficções cinematográficas; Kamy Lara (1980), Ana Tica (1979), Diana Andringa (1947) e Catarina Laranjeiro (1983), através de obras documentais; entre outras, Eurídice Kala (1987), Vanessa Fernandes (1978), Melissa Rodrigues (1985), Filipa César (1975), Mónica de Miranda (1976), Ângela Ferreira (1958), Luciana Fina (data desconhecida), Jota Mombaça (1991), Grada Kilomba (1968) e Patrícia Lino (1990), com os seus projetos, instalações, performances e criações na área das artes visuais têm dado contributos determinantes para refletir sobre a história, a memória e a vivência (pós-)coloniais, desafiando o arquivo colonial e questionando as “políticas de memória” da maioria dos arquivos oficiais (que ou criam dificuldades no acesso e uso e/ou não enquadram a história das imagens que guardam) ao criar arquivos pessoais. Tais contribuições propõem modos de descolonizar o arquivo colonial e de re-imaginar o colonialismo português e a luta e resistência de quem se lhe opôs.

Este número da RCL nasce de uma interrogação inicial e iniciática: onde estão as mulheres nas descolonizações? Desdobra-se depois em interrogações mais específicas: Como é que as mulheres olharam as lutas de libertação, nas ex-colónias portuguesas? Como é que os seus pontos de vista foram integrados ou não na imaginação do colonialismo? Houve um olhar específico das mulheres sobre a libertação do colonialismo português? Que saber e consciência temos de/sobre esses olhares? E como é que esses olhares se cruzam com os das realizadoras, artistas, curadoras e académicas que hoje questionam os arquivos, públicos e privados, interrogam e recriam visualmente as suas memórias e re-imaginam o colonialismo? Que ação é que a investigação académica, as políticas de conservação de arquivos, os gestos de programação e curadoria podem ter no questionamento ou, pelo contrário, no prolongamento das “políticas (oficiais) da memória”?

Durante o processo, no entanto, fomos acolhendo propostas que dilataram o escopo estritamente temático (e até geográfico) do número, mas que responderam à proposta de reflexão sobre os “modos de ver e de saber” das mulheres em processos de descolonização, passados e presentes, e a uma inquietação das editoras: como estão as mulheres — através da sua prática académica, teórica e/ou artística — a responder à vivagem decolonial?

Do processo de edição

Como académicas que questionam criticamente a sua própria sujeição a um sistema patriarcal e colonial e ensaiam outros modos de fazer, de conhecer e de ver, quisemos contrariar a “colonialidade do saber”, tal como entendida por Walter Mignolo

(1995),² e a tendência dominante de neoliberalização da academia, que opera de forma violenta. Não quisemos aqui que o agenciamento da nossa posição enquanto editoras perpetuasse essa violência, mas usámos a nossa posição para parar a violência, como Arielle Aisha Azoulay (2019) nos incitou a fazer. O próprio tema exigia-nos isso.

Nesse sentido, no âmbito da proposta de reflexão sobre os “modos de ver e de saber” das mulheres em processos de descolonização, acolhemos artigos e ensaios visuais — um género que a RCL passou a acolher recentemente — muito diversos, de autoras e autores de origens e contextos artísticos e académicos muito variados e também correspondendo a fases distintas em termos de maturidade. Publicamos autoras que o fazem pela primeira vez. Quisemos que cada autor(a) pudesse exprimir-se a partir do seu “lugar de fala” (Ribeiro 2017). Com alguns formatos mais experimentais, quisemos contestar a ideia segundo a qual o conhecimento é determinado apenas por “especialistas” e articulado de forma académica. Acolhemos essa polivocalidade e diversidade e articulámos no sentido de potenciar todas as propostas, fazendo jus a uma prática editorial decolonial.

Usamos aqui decolonial e não descolonial³ para que, tal como propuseram Luciana Ballestrin (Gallas e Machado 2013) e Catherine Walsh (2009), o termo não seja confundido com aquele que remete para a ideia de “descolonização”. Historicamente, esta última indicaria uma superação do colonialismo. Por sua vez, a ideia de decolonialidade pretende explicitar exatamente o contrário e procura transcender essa “face obscura” da modernidade europeia — a colonialidade (Mignolo 1995, 2017). Da mesma maneira que não se deve confundir “colonialismo” com “colonialidade” (Quijano 2005)⁴, é importante que não se confunda “descolonial” com “descolonização”. Trata-se de uma utilização do prefixo “des”, que — tal como o prefixo “pós” em pós-colonial⁵ — não pretende designar uma superação do colonialismo, mas sim aludir a um conjunto de ferramentas políticas, epistemológicas e sociais engajadas na crítica e superação das opressões e das estruturas

² A “colonialidade do saber” designa o acesso colonial contínuo ao conhecimento e sua distribuição, produção e reprodução; um processo que exclui outras epistemes e desconsidera outras formas de conhecer e produzir conhecimento. Cf. Walter D. Mignolo, *The Darker Side of the Renaissance, Literacy, Territoriality, and Colonization* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995).

³ A variante “descolonial”, porém, é muito utilizada nos artigos científicos traduzidos para português, sobretudo no Brasil, e por autores/as subestimados/as pelos centros hegemónicos de produção de saber.

⁴ O colonialismo significa a subjugação pela força política e/ou militar de uma população para garantir a exploração das riquezas e do trabalho da colónia em benefício dos colonizadores, ficando a soberania do povo colonizado sob os interesses do povo que coloniza. A colonialidade é entendida como um fenómeno histórico complexo que se estende para além do colonialismo, referindo-se a um padrão de relações de poder que opera pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de género e epistémicas. A naturalização é, assim, o dispositivo que possibilita a reprodução das relações de dominação. Esse padrão de poder mantém e garante a exploração de uns seres humanos sobre outros; subalterniza e oblitera os conhecimentos, experiências e formas de vida dos grupos explorados e dominados (Quijano 2005; Restrepo e Rojas, 2012).

⁵ O pós-colonial é uma realidade discursiva que resulta da independência de países que estiveram sob domínio colonial, e constitui-se no questionamento da falsa distinção entre colonialismo como sistema político de governo e colonialismo enquanto sistema de conhecimento e representação (Hall 2003). Propõe uma leitura da colonização como um processo global e, tendo em conta o seu carácter *transnacional* e *transcultural*, expressa-se amiúde numa (re)escrita diaspórica das grandes narrativas imperiais do passado, onde “as diferenças entre as culturas colonizadora e colonizada permanecem profundas. Mas nunca operaram de forma absolutamente binária, nem certamente o fazem mais” (Hall 2003, 108).

que mantêm a tríade capitalismo/colonialidade/patriarcado como motores da circulação do Poder e das suas estruturas discursivas a nível internacional.⁶

No âmbito da revista, quisemos que o decolonial não se ficasse por uma mera manifestação teórica, mas que se constituísse como uma práxis, tal como propõe Silvia Rivera Cusicanqui (2012). Procurámos contrariar a nossa própria obediência a modos de conhecer e disseminar saberes coloniais e patriarcais. Se compreendemos a importância da revisão cega, ensaiámos, no entanto, superar algumas das suas limitações — a desumanização decorrente do modelo de objetividade que escamoteia deliberadamente a identidade e as condições subjacentes à produção de um texto ou ensaio visual. Finda a revisão cega, seguida de revisões “finais” pelas autoras e autores, concentrámo-nos, de modo empenhado, em função de competências e apetências específicas de cada editora, na leitura, edição e comunicação com autoras/es. Foi uma releitura sempre discutida entre editoras e autoras/es, em que se revelou fundamental a disponibilidade para dialogar sobre diferenças de opinião, para ler e propor alterações que considerámos potenciadoras. Foi um processo instigante de grande aprendizagem em que nos confrontámos com a necessidade de, também na edição de revistas académicas, ser necessário potenciar gestos de partilha em que, sem perder rigor, se potencie a humanização na reflexão académica e nos debates críticos transversais.

O decolonial aqui não foi só um “e as mulheres”, querendo com isto dizer que não se tratou só de incluir e reacondicionar o papel das mulheres no processo histórico e memorialista do colonialismo e da luta contra o mesmo, mas sobretudo de forjar, como nos instigam Eve Tuck e Wayne Yang, um “alhures” para a produção de conhecimento (2012). Ensiámos esse “alhures”, ainda que de forma condicionada, através de uma práxis decolonial que abraçou a “multiplicidade” e a “bagunça” em favor de uma “imaginação mais libertária” (Vergès 2021b).

6 Esta elaboração decorre de uma crítica que pretendeu posicionar radicalmente a América Latina no debate pós-colonial, criticando-o. Em geral a crítica baseava-se no facto de a teoria pós-colonial sofrer de um excesso de culturalismo, sobretudo por influência do grupo de Birmingham, e por ser eurocêntrica devido à influência pós-estruturalista (por exemplo, de Michel Foucault sobre Edward Said, de Jacques Derrida sobre Gayatri Spivak, e de Jacques Lacan sobre Homi K. Bhabha); características decorrentes do facto desta discussão ser protagonizada por elementos das elites asiáticas, norte-africanas e também das Antilhas. Em todo caso, não parece que na discussão proposta pelos intelectuais da América Latina tenha estado em causa a ideia de contrapor decolonial a pós-colonial. Comum a ambos é a valorização dos discursos das minorias periféricas e dos discursos alternativos em geral, o combate ao epistemicídio colonialista que promove a invisibilização dos grupos subalternizados e a problematização do processo histórico da colonização moderna europeia, desconstruindo o discurso colonialista na literatura, na arte, na ciência, na política, na justiça, na comunicação social e nas práticas e vivências cotidianas. Dito de outro modo, analisa-se a forma como, no âmbito do colonialismo moderno europeu, foram representados os povos colonizados, ao mesmo tempo que se denuncia em que medida a colonialidade perdura nas relações sociais, interculturais e políticas entre Norte e Sul globais.

Dos textos: modos de ver e saber

É esta práxis decolonial de edição que explica a heterogeneidade e hibridez dos artigos e ensaios visuais que integram a presente edição da RCL. Mais do que um número temático, pode ser apreciado como uma manta de retalhos, que se desdobra em perspectivas maioritariamente feministas, que têm origem num vastíssimo campo de estudos — a crítica pós-colonial e decolonial.⁷ Na criação do índice optámos por seguir a ordem alfabética dos nomes próprios das autoras; esta decisão, por um lado, impossibilita que uma narrativa das editoras conduza o olhar de quem lê e, por outro, desafia hierarquias académicas e estatutárias entre autores/as publicado/as.

Uma parte dos artigos aqui disponibilizados ilumina a importância das mulheres nas lutas de libertação, problematizando as complexas políticas de representação, como o fazem “Arma diplomática e dicção: As mulheres nos filmes da luta de libertação da Guiné-Bissau”, de Catarina Laranjeiro e “Mulheres, nação e luta no cinema anti/pós-colonial guineense”, de Sílvia Roque. Apontam como o seu papel foi fulcral, mas tantas vezes invisibilizado, para que uma certa narrativa de libertação pudesse dar certo. Em “Bertina Lopes: A militant with a brush”, Nancy Dantas recupera a memória da artista Bertina Lopes, a sua experiência do colonialismo português em Moçambique e a oposição ao mesmo através da sua práxis artística, ancorada num modernismo de raiz africana, em particular como ilustradora de *Nós matámos o cão-tinhoso* (1964), e depois no exílio em Roma, onde a sua casa se transforma num lugar de acolhimento.

A realidade é que o envolvimento político das mulheres contra o colonialismo aconteceu não só localmente, mas a uma escala transnacional de alianças políticas, fomentando uma multiplicidade de representações das mulheres, como nos desvela Giulia Strippoli em “Images beyond borders. The production of knowledge about women’s activism against the colonial wars”, através da análise de imagens, nomeadamente de grandes eventos feministas, que comprovam já o carácter interseccional da luta, muito antes do seu entendimento enquanto tal, e imagens de campanhas internacionais pela libertação de resistentes contra o fascismo e colonialismo português.

O ponto de vista das mulheres envolvidas na estrutura da autoridade colonial, negociando a sua existência e até resistência na ordem patriarcal e colonial, é-nos dado pela análise do filme de Margarida Cardoso, *A costa dos murmúrios* (adaptação do romance homónimo de Lídia Jorge), em “Female gaze and subjectivity in *The murmuring coast*”, de Inês Cordeiro Dias. O artigo é uma *mise-en-abyme* de quatro olhares com uma mesma genealogia: o olhar de Eva que é o olhar de Lídia, que por sua vez é o olhar de

⁷ Apesar das diferenças, comum a ambas é a valorização dos discursos das minorias periféricas e dos discursos alternativos em geral, o combate ao epistemicídio colonialista que promove a invisibilização dos grupos subalternizados e a problematização do processo histórico da colonização moderna europeia, desconstruindo o discurso colonialista na literatura, na arte, na ciência, na política, na justiça, na comunicação social e nas práticas e vivências cotidianas. Dito de outro modo, analisa-se a forma como, no âmbito do colonialismo moderno europeu, foram representados os povos colonizados, ao mesmo tempo que se denuncia em que medida a colonialidade perdura nas relações sociais, interculturais e políticas entre Norte e Sul globais.

Margarida e, finalmente, o olhar de Cordeiro Dias que as olha. O olhar das mulheres brancas sobre a história e a violência colonial. Já Maja Figge, agenciando o enquadramento teórico sobre *gaze*, analisa o filme *Sambizanga* (1972) de Sarah Maldoror, forjando o conceito de *caring gaze* da realizadora como um elemento característico da estética decolonial nesta obra. Integrando a sua proposta num diálogo com a teoria da descolonização de Frantz Fanon, Achille Mbembe e Kara Keeling, Figge propõe que o filme pode ser considerado uma “obra de reparação”.

Yasmin Zandomenico também se detém sobre estética decolonial e reparação ao analisar a produção artística e prática clínica de Castiel Vitorino Brasileiro em “Modos de descolonizar em *O trauma é brasileiro*, de Castiel Vitorino Brasileiro”. Aquilo que designa como “estética macumbeira”, uma estética da insurgência, toma forma através de atos performativos de cura pela artista com vista à desaprendizagem do trauma colonial, inscrito pela dilaceração, como bem viu Fanon (2004), no corpo negro. Por sua vez, o impacto da religião na colonização dos corpos das mulheres negras protestantes e o debate inter-religioso entre os modos de obediência e as estratégias de libertação e resistência por elas desenvolvidas é o tema do artigo “Educação, sexualidade e religião: (Des)colonizando corpos femininos”, de Deyse Luciano de Jesus Santos e Jamile dos Santos Ferreira Trindade. Por outro lado, chamando à reflexão práticas de resistência apoiadas em conhecimentos e tradições ancestrais, “Ilustrando las prácticas de partería de las mujeres embera chamí”, de Sara Ortiz Ospina com ilustrações de Mónica Berrío Vélez, centra-se na prática da obstetrícia das mulheres indígenas *embera chamí* como resistência a uma situação colonial que continua a controlar o corpo das mulheres e a destruir e mercantilizar saberes. É uma contribuição que ilumina uma discussão de extrema atualidade nas sociedades ocidentais: a violência obstétrica sobre as mulheres durante parto.

A representatividade do corpo negro nos média é ainda o foco de outros dois artigos. Em “Dissemina Lab — novos enfoques de gênero e raça na mídia contemporânea” Geisa Rodrigues, Pedro Henrique Conceição dos Santos e Monique Paulla questionam as relações de poder (re)produzidas pelos média e defendem a importância da multiplicação de olhares, concretamente uma maior inclusão de olhares de pessoas negras, na produção mediática. Em contramão, Micaela Cabral e Sónia Sá, em “A representatividade da mulher negra na mídia social: o coletivo brasileiro Pop Afro”, analisam a produção mediática online do coletivo negro Pop Afro, inserido no movimento *Dinheiro Negro*, e validam as suas estratégias discursivas enquanto meio de empoderamento das mulheres negras.

“Pode o subalternizado recordar? Um olhar sobre as recordações de Fernanda do Vale”, de Carla Fernandes, é uma reflexão, a partir da obra *A Preta Fernanda: Recordações d’uma colonial*, sobre a representação social das mulheres negras e a impossibilidade do acesso às suas memórias sem mediação de terceiros ou de estruturas que lhes são epistemologicamente alheias. Sandra Lourenço, por outro lado, e fazendo uso do enquadramento metodológico dos estudos da memória e das práticas curatoriais,

analisa o *tais* timorense como “memória praticada” por mulheres. Em “Tecendo o (Pós) Colonialismo em Timor-Leste: o *tais* como objeto de memórias praticadas” reflete sobre como este precede, atravessa e sobrevive ao colonialismo em formas diversificadas, nomeadamente como objeto sagrado, como *lembrança* turística ou como processo de mobilização de imaginários artísticos contemporâneos. A centralidade da questão memorialística neste número está também inscrita na contribuição de Laís Gonçalves, em “Descolonizando o cinema e a memória da ditadura brasileira: documentários realizados por mulheres após 1985”, que se detém na reconstrução da memória da ditadura militar brasileira através da perspectiva de mulheres realizadoras.

Por fim, mas não no fim, “A crítica à dicotomia de género como forma de descolonização epistémica”, de Maria Augusta Babo propõe uma arqueologia da epistemologia ocidental, que advoga que o que tantas vezes se apresenta como pensamento novo no quadro pós-colonial e feminista tem, afinal, para a autora, raízes no pensamento crítico pós-estruturalista.

Para além dos artigos, este número integra dois ensaios visuais. Este é um formato que tem vindo a ganhar força, respondendo ao sentimento de uma certa insuficiência das formas canónicas de produção de conhecimento, que tantas vezes reproduzem e perpetuam a violência colonial, nomeadamente no uso que fazem das imagens. Com efeito, o colonialismo inaugurou uma tradição epistemológica moldada pelas imagens, que foram tecnologias vitais tanto do processo colonial de produção e acumulação de conhecimento, quanto da formação de um imaginário colonial (Said 1995, Mignolo 1995, Latour 1987), estando na fundação da “objetividade” científica, como Daston e Galison (1992) bem viram. É também por isso que muitas mulheres, dentro e fora da academia, têm vindo a criar os seus próprios dispositivos, tantas vezes híbridos e situados fora do cânone colonial de produção de conhecimento, atrevendo-se a pensar *com* as imagens e *através* delas (mais do que *sobre* elas).

Disso são exemplo os dois ensaios visuais, que são, fundamentalmente, intervenções criativas intuitivas. A fotoperformance “Lentes Femininas para anti-reflectir o colonialismo”, de Livia Gaudêncio em colaboração com a performer Violeta Luna, é um “oráculo decolonial” constituído por 12 cartas. A obra relaciona a violência perpetrada contra as mulheres com a violência colonial do extrativismo (a erótica colonial iluminada por Anne McClintock), remetendo para o ato de “pegar pelo laço” mulheres indígenas e de como a mestiçagem, feita arma de propaganda, tanto do colonialismo português tardio quanto da narrativa identitária brasileira, mais não é que o resultado das violações de mulheres negras e indígenas. Por sua vez, “Infra-Representação: aquelas que correm”, de Catarina Miranda, trabalha a representação das mulheres no futebol através da montagem de imagens captadas por telemóvel durante a emissão dos jogos na televisão. O ensaio é atravessado pela pergunta de Maria Isabel Barreno: face a uma história ensinada e perpetuada como “do Homem”, “onde estão as mulheres?” (1989, 17).

Na secção dedicada às resenhas temos dois textos sobre dois dispositivos que estabelecem um contraponto à lógica do arquivo e dos seus usos coloniais no presente: *O kit de sobrevivência do descobridor português no mundo anti-colonial*, da poeta-visual Patrícia Lino, por Pedro Eiras, e *Recognition*, um filme-composição da compositora Sara Serpa, pela também compositora Aline Frazão. Por fim, Rogério Almeida Santos recenseia *Powerful frequencies radio, state power, and the Cold War in Angola, 1931-2002*, de Marissa Moorman, um estudo sobre como a rádio foi usada no âmbito da luta anticolonial e também para a criação da unidade nacional no país independente. Ainda nesta secção, publicamos o artigo biográfico “Será que as estrelas falam?: Biografia de Carolina Maria de Jesus”, uma voz literária proveniente do interior da favela do Canindé, de Rita Ciotta Neves, a sua tradutora para italiano.

A secção Entrevistas inclui duas importantes contribuições. A entrevista “Mulheres e descolonização: o que exibem as telas?” feita por Michelle Sales à programadora e realizadora Maíra Zenum, cocriadora da *Mostra Internacional de Cinema na Cova*. Nela se questiona o que se exhibe e como descolonizar o ecrã, nomeadamente através da programação de cinema produzido, realizado e distribuído por pessoas negras, africanas e afrodescendentes. Já a contribuição de Patrícia Yxapy e Sophia Pinheiro faz-se através do filme, *Teko Haxy — ser imperfeita* (2018, cor, 39’), a sua “arena de investigação”, que pode ser visionado. Trata-se de um “diário relacional” que consiste na montagem de cartas-vídeo trocadas entre as autoras, uma cineasta indígena e uma antropóloga e artista, e em que nos vamos apercebendo do quão desafiante pode ser o diálogo e o esforço de auto-desconstrução que é feito por quem a isso se propõe. Dialogar pode significar um diferimento do processo decolonial, mas é certamente uma etapa necessária. Tal como o são a constituição de outros espaços relacionais, de outras rotas de solidariedade.

Esta revista integra um total de oito artigos de autoras/es brasileiras/os são reveladores da efervescência da academia no Brasil e das suas ramificações em Portugal, que têm contribuído para o avanço do debate sobre o colonialismo e os seus legados no presente, nomeadamente o racismo, e sobre pautas emancipatórias, em particular feministas e decoloniais.

Inferência: ensaiar o feminismo decolonial

Recusando o “complexo industrial académico” (Tuck e Yang 2014), neste número da RCL, ensaiámos uma rota, decolonial e feminista, de edição. Um “feminismo decolonial”, alerta-nos Françoise Vergès (2021), requer, entre tantas outras coisas, uma mudança na forma como entendemos as lógicas de exploração, as instituições, como a academia, e os dispositivos que as reproduzem, como as publicações académicas. Mas se a dominação é múltipla (colonial, patriarcal e capitalista), rizomática e palimpséstica, como nos ensinam os/as decoloniais, então o nosso compromisso tem de ser com a multiplicidade também; a multiplicidade de modos de saber, de ver e de produzir conhecimento.

Aqui ensaiámos. Não só através do reposicionamento das mulheres no epicentro das descolonizações e dos processos decoloniais em curso no presente, mas também através da inclusão de diferentes formatos, alguns mesmo experimentais, e de uma profusão de vozes (a *profusão* é o contrário de *confusão*, ensinam-nos certas cosmogonias ameríndias), numa práxis editorial situada entre as preocupações académicas, as políticas e as artísticas, que pretendeu dilatar e até superar os limites do seu exercício.

Nota de agradecimento

Queremos agradecer o contributo fundamental dos revisores académicos. Numa edição especial que pretende contribuir para um pensamento e uma práxis decolonial não é de mais sublinhar o óbvio: que contamos com avaliações “cegas”, por especialistas que, graciosamente, cederam conhecimento e tempo contribuindo com leituras críticas que propõem revisões das propostas originais. O seu conhecimento e generosidade foram determinantes para reelaborar argumentos com fragilidades e potenciar as qualidades dos artigos e ensaios.

Bibliografia

- Barreno, Maria Isabel. 1989. *A Morte da Mãe*. Lisboa: Caminho.
- Cusicanqui, Silvia Rivera. 2012. “Ch’ixinakax utxiwa: A Reflection on the Practices and Discourses of Decolonization.” *The South Atlantic Quarterly* 11(1): 95-109. <https://doi.org/10.1215/00382876-1472612>.
- Daston, Lorraine e Peter Galison. 1992. “The Image of Objectivity.” *Representations*, 40 (Autumn 1992): 81-128. <https://doi.org/10.2307/2928741>.
- Fanon, Frantz. [1961] 2004. *The Wretched from the Earth*. New York: Grove Press.
- Forester, Will. 2021. “Decolonial Feminisms: An Interview with Françoise Vergès.” *PEN Transmissions*, April 30, 2021. <https://pentransmissions.com/2021/04/30/decolonial-feminisms-an-interview-with-francoise-verges/>.
- Gallas, Luciano e Ricardo Machado. 2013. “Para transcender a Colonialidade”. *IHU on-line* 431. <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin>.
- Hall, Stuart. 2003. “Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite.” Em *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*, organizado por Liv Sovik, 101-130. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Latour, Bruno. 1987. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge: Harvard University Press.
- McClintock, Anne. 1995. *Imperial Leather. Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge
- Mignolo, Walter. 1995. *The Darker Side of the Renaissance, Literacy, Territoriality, and Colonization*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- _____. 2017. “Colonialidade o lado mais escuro da modernidade.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32(94): 1-18. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.
- Quijano, Anibal. 2005. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.” Em *Perspectivas latinoamericana*, organizado por Edgardo Lander, 107-130. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.
- Resende, Ana Catarina Zema de. 2014. “Direitos e Autonomia indígena no Brasil (1960 – 2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial”. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.
- Restrepo, Eduardo e Axel Rojas. 2012. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Colombia: Universidad del Cauca, Popayán.
- Ribeiro, Djamila. 2017. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Said, Edward. 1978 [1995]. *Orientalism*. London: Penguin Books.
- Tuck, Eve e K. Wayne Yang. 2012. “Decolonization is not a metaphor.” *Decolonization: Indigeneity, Education, & Society* 1(1):1-40. <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/des/article/view/18630>.
- _____. 2014. “R-Words Refusing Research.” In *Humanizing Research*, edited by D. Paris and M. T. Winn, 223-247. Thousand Oakes: Sage Publications.
- Vergès, Françoise. 2021 [2019]. *A Decolonial Feminism*. London: Pluto Press.
- Walsh, Catherine. 2009. *Interculturalidad, estado, sociedade: luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito-Ecuador: Universidade Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala.

—

Nota biográfica

Investigadora contratada no ICNOVA-FCSH, professora na Universidade Autónoma de Lisboa e programadora de cinema. Doutorada em Ciências da Comunicação, publicou, entre outros títulos e artigos em revistas científicas, *Projectar a ordem. Cinema do Povo e propaganda salazarista* (2020), *Azuis ultramarinos. Propaganda colonial e censura no cinema do Estado Novo* (2015), e coordenou, com Teresa Castro, *(Re)Imagining African Independence. Film, Visual Arts and the Fall of the Portuguese Empire* (2017).

—

ORCID iD

[0000-0002-7875-9629](https://orcid.org/0000-0002-7875-9629)

—

CV

[B41A-C5C2-9211](https://www.ics.ulb.pt/pt/curriculum-vitae/B41A-C5C2-9211)

—

Morada institucional

Campus de Campolide — Colégio Almada Negreiros. Gabinete: 348, 1099-032 — Lisboa. Morada postal: Av. de Berna, 26 C, 1069-061 — Lisboa, Portugal.

—

Nota biográfica

Investigadora pos-doc do CES/UC, membro do projeto *(De)Othering*. Doutorada em Estudos Culturais, pela Universidade do Minho, com a tese *Alteridade e identidade na ficção cinematográfica em Portugal e em Moçambique*. Tem como principais interesses de investigação racismo, identidade social, representações sociais e memória cultural no cinema, numa perspetiva pós-colonial e interseccional. É investigadora integrada do CECS/UM e parte da equipa do projeto *Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?* Foi membro do projeto *À Margem do Cinema Português: estudo sobre o cinema afrodescendente produzido em Portugal*.

—

ORCID iD

[0000-0002-3698-0042](https://orcid.org/0000-0002-3698-0042)

—

CV

[5D15-23FF-A459](https://www.ics.ucp.pt/pt/curriculum-vitae/5D15-23FF-A459)

—

Morada institucional

Centro de Estudos Sociais (Coimbra, Alta) — Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 — Coimbra, Portugal.

INÊS BELEZA BARREIROS

—

Nota biográfica

Historiadora da arte e da cultura interessada na migração das imagens no tempo e no espaço e nos modos como a colonialidade do ver sustém a colonialidade do saber. É editora da *La Rampa* e tem trabalhado em filmes documentais, que cruzam o cinema com as outras artes. Inês é doutorada em Media, Culture and Communication pela New York University, Mestre em História da Arte Contemporânea pela FCSH-UNL e licenciada em História, variante História da Arte pela FLUL.

—

ORCID iD

[0000-0003-0059-9407](https://orcid.org/0000-0003-0059-9407)

—

CV

[3716-FBEA-F50D](#)

—

Morada institucional

Campus de Campolide — Colégio Almada Negreiros. Gabinete: 348, 1099-032 — Lisboa. Morada postal: Av. de Berna, 26 C, 1069-061 — Lisboa, Portugal.

—

DOI <https://doi.org/10.34619/l9q8-efbj>